



-----ATA Nº 11/2016-----

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: Apreciar e votar os documentos de prestação de contas do ano de 2015;-----

-----Ponto dois: Aprovar o orçamento rectificativo para o ano de 2016 e as modificações ao Plano Plurianual de investimentos;-----

-----Ponto três: Autorização para alteração de contrato interadministrativos de delegação competências – freguesia de Selho S. Jorge – ano 2015 – primeiro aditamento;-----

-----Ponto quatro: Autorização para celebração de contratos de atribuição de subsídio à freguesia de Selho S. Jorge;-----

-----Ponto cinco: Autorização para a celebração de contrato de execução de delegação de competências – em matéria de limpezas das vias e espaços públicos, sarjeta e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – ano 2016;-----

-----O presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a substituição do eleito da Coligação Juntos por Guimarães, Rui Barroso, pelo deputado Pedro Canário. A deputada eleita pela CDU, Balbina Pimenta, também na impossibilidade de estar presente, foi substituída por Liliana Oliveira. -----

-----Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade.-----

-----O deputado Alexandre Marques solicitou à Junta, através da Mesa da Assembleia, informações sobre os subsídios atribuídos pela Junta durante o ano de 2015, tendo sido já entregue ao deputado um documento com a respetiva informação. -----

-----Iniciou-se o período antes da ordem de trabalhos, que registou três intervenções. O deputado Alberto Pereira, da CDU, fez referência ao desaparecimento dos postes de iluminação do Pátio Desportivo do Mercado Feira, questionando se a Junta tinha conhecimento do assunto e que justificação teria para tal. O Deputado questionou ainda a Junta sobre as casas-de-banho da Praça Francisco Inácio, que embora estivessem abertas durante as festas da Vila, estão por norma fechadas durante o resto do ano, perguntando o que fez ou fará a Junta sobre tal situação. O eleito do PS, José Lemos, indagou o Presidente da Junta sobre a razão pela qual a vila de Pevidém não estaria presente nos Jogos da Comunidade, à semelhança dos anos anteriores, onde a prestação tinha sido bastante satisfatória. Questionou também a Junta acerca do regulamento de atribuição de subsídios, projeto iniciado há algum tempo, mas que estaria, aparentemente, em “banho maria”, não

havendo desenvolvimento do mesmo. A deputada Anabela Pereira fez menção à alteração em relação ao IRS, sendo que com as alterações vigentes em 2016, muitos cidadãos não estariam devidamente informados sobre as mesmas e que papel tinha tido a Junta na divulgação dessas alterações e na preparação dos cidadãos para as novas normas, sendo que, tendo feito vários IRS este ano, a deputada sabia da falta de informação sobre estas novas normas. Questionou também a Junta sobre as medidas a tomar para o próximo ano, de forma a precaver melhor os habitantes. O Presidente começou por responder à deputada Anabela Pereira, afirmando que os avisos feitos sobre as alterações, à forma de fazer IRS, haviam começado logo no dia 17 de fevereiro, através de uma publicação (*post*) no *Facebook* sobre este mesmo assunto. O Presidente continuou elogiando a sua equipa executiva que, com um excelente trabalho, conseguiu com que os cidadãos, que recorreram à Junta com a finalidade de obterem informações sobre o novo método de IRS, tivessem sido esclarecidos. -----

-----De seguida, o Presidente respondeu ao deputado José Lemos. Sobre os Jogos da Comunidade, o Presidente afirmou que, apesar de a iniciativa ser do agrado da Junta, não estavam reunidas as condições para ter uma equipa que dignificasse a Vila, logo torna-se incompatível a participação nos mesmos. O presidente Angelino Salazar lamentou o facto, salientando ainda que este é um problema transversal à maioria das Juntas, sendo prova disso o reduzido número de equipas inscritas (apenas 20 equipas, em 49 freguesias). -----

-----Para responder à segunda questão, o Presidente passou a palavra ao vogal Carlos Marques. Este mostrou-se surpreendido com a questão, pois era a segunda vez no espaço de seis meses que esta era feita, demonstrando assim total agrado com a rapidez e eficácia do trabalho desempenhado pela Junta até ao momento. Continuou dizendo que, após ter sido reunida a equipa que fará a proposta de regulamento a enviar para o grupo parlamentar, essa execução está em andamento, ainda que com dois meses de atrasado em relação ao prazo previsto, sendo que a primeira proposta de regulamento será em breve entregue, para deliberação e acerto dos pormenores.-----

-----Retomando a palavra, o Presidente da Junta respondeu às questões do deputado Alberto Pereira, afirmando que as tinha deixado para o final de forma propositada, devido a uma questão feita pelo mesmo. Relativamente às casas de banho da Praça, garantiu que a Junta insiste permanentemente junto das autoridades municipais responsáveis, ainda que o *feedback* obtido nem sempre seja o desejado. Apesar disso, a Junta continuará a pressionar a Câmara nesse sentido, sendo que no caso de não obter a resposta desejada, a Junta tentará, em último caso, resolver o assunto por conta própria antes do término do mandato. Por último, respondendo à questão do Deputado sobre os postes de iluminação do Pátio Desportivo Mercado/Feira, o Presidente invocou questão de valores, afirmando que não

admitia que ninguém, independentemente do cargo que ocupa, pusesse em causa a sua honestidade e o valor da sua palavra. Relatando a sua versão dos acontecimentos, disse que no dia da retirada dos postes de iluminação, tinha recebido uma chamada do senhor Paulo Pacheco, pedindo o número do presidente da comissão de festas de S. Jorge, pois estava um camião à porta do Pátio Desportivo que queria fazer uma intervenção nos postes e tinha a entrada barrada pelos camiões das faturas. O Presidente ligou ao Presidente da comissão de festas e ambos foram ter ao local. Uma vez lá, questionaram os responsáveis da intervenção sobre o porquê da mesma, ao que lhes responderam que os postes seriam movidos para um Pátio Desportivo em Fermentões, a ser inaugurado na semana seguinte. Disseram também que não iriam repor os postes retirados do Pátio Desportivo de Pevidém. Depois de ouvir isto, o Presidente ligou ao sr. Paulo Pacheco, pedindo explicações, ao que este respondeu que, devido à falta de uso dos postes e das reclamações sobre a iluminação dos mesmos (coisa que o Presidente duvida), estes iriam ser movidos. Dito isto, o Presidente deixou o local dizendo que não movia os camiões das faturas, deixando os técnicos responsáveis sem maneira de chegar aos postes de iluminação. No final da tarde, os postes já tinham sido retirados, havendo marcas do camião na relva em frente à Caixa Geral de Depósitos. No dia seguinte, a Junta tentou procurar informações sobre o sucedido, para tentar solucionar o problema. Soube também que o vereador Torcato Ribeiro, a quem o Presidente agradeceu, tinha feito uma intervenção em reunião do executivo municipal sobre este mesmo assunto, reunião essa presidida pelo sr. Vereador, Amadeu Portilha, devido à ausência do Presidente da Câmara. Este respondeu que tinha ligado ao Presidente da Junta e que este tinha concordado e que teria até disponibilizado os meios da Junta para ajudar na tarefa. O Presidente desmentiu, afirmando que à hora em que o sr. Vereador, afirmou ter ligado, este estava numa reunião descentralizada realizada em Moreira de Cónegos, e que, por isso, não teria a possibilidade de ter ligado conforme havia afirmado. O Presidente afirmou que a forma de atuação dos intervenientes era inadmissível, dizendo que havia já informado o Presidente da Câmara do sucedido, e que não acreditava que este estivesse envolvido no assunto, desmarcando-o de qualquer acusação feita aos demais intervenientes no assunto e dizendo que este se disponibilizara a resolver o assunto da forma mais célere possível. Acredita também que o sr. Vereador, poderia estar a agir sem conhecimento de causa e em defesa da sua equipa, ainda que mentindo no processo. As afirmações do Presidente poderiam, segundo este, ser provadas pelos registos das operadoras provando que não recebeu nenhuma chamada do sr. Vereador e que iria até às últimas consequências para tirar o assunto a limpo. Por fim, o deputado Alexandre Marques pediu a palavra para corroborar as afirmações do Presidente, afirmando que em quatro anos de mandato, nunca a Junta tinha recebido queixas acerca da iluminação

do Pátio Desportivo e que acreditava que isso seria uma mentira. Também o deputado José Lemos contestou as afirmações do vogal Carlos Marques, afirmando que a pergunta teria sido feita há bem mais do que seis meses, e que, nesse momento, a resposta dada seria de que o regulamento estava perto da conclusão, faltando apenas limar as últimas arestas. Concluiu, afirmando que considerava que Pevidém deveria estar presente nos Jogos da Comunidade. ----

-----O Vogal, Carlos Marques, tomando a palavra, afirmou que ainda que o projeto estivesse concluído, ou em vias de conclusão, esta não seria a Assembleia apropriada para discutir tal tema, pelo que não se alongou mais sobre o assunto. -----

-----Posteriormente, deu-se início à ordem de trabalhos. Sobre este ponto, registaram-se duas intervenções. -----

-----O deputado eleito pela CDU, Manuel Pinto, questionou sobre a rubrica 070290501, venda de terrenos no cemitério, no sentido de saber se houve alguma venda de jazigo e qual a área vendida e seu valor, uma vez que não consta em qualquer ata do executivo. Pediu também esclarecimentos sobre a rubrica 02020699, como está designada por outros, não sabe a que se refere. Questionou, por que razão o valor da rubrica 07010401, pavimentação da rua Sr.ª dos Perigos, foi ultrapassado relativamente ao que estava orçamentado. Referiu ainda que a taxa de execução do PPI foi baixa. -----

-----O eleito da Coligação Juntos por Guimarães, Daniel Dias, analisou a execução orçamental apresentada, e constatou que estamos perante uma execução orçamental absolutamente extraordinária, do lado da receita, conseguiu-se uma execução quase perfeita com o que havia sido orçamentado, claramente acima dos 100% e do lado da despesa conseguiu-se executar tudo o que estava inicialmente previsto com 40% dos custos abaixo do estimado. Ressalvou ainda que, as atividades previstas foram todas executadas, apesar das dúvidas à concretização das mesmas e este executivo mostrou que é possível, graças ao empenho dos intervenientes e a uma gestão eficiente e que, as obras inscritas no PPI para este ano foram também todas executadas. Finalizou a sua intervenção, agradecendo ao executivo camarário que assumiu determinada verba, que este executivo estava a contar gastar. Para esclarecer o deputado Manuel Pinto, o Presidente da Junta referiu, dizendo que não foi aprovado em executivo esta alienação porque já tinha sido aprovada em 2010 pelo anterior executivo a venda de três jazigos, lembrando ao deputado que fazia parte do executivo que aprovou tal deliberação, tendo para o efeito lido a ata elaborada na altura. Informou ainda, que venderam seis sepulturas com a mesma área e pelo mesmo preço, tal como o executivo anterior o fez, mas com um propósito, a angariação de receita para o alargamento do cemitério. Quanto à rubrica designada por outros, informou que teve que ser contabilizado dessa forma devido à instalação do Espaço de Cidadão, que só foi inaugurado a vinte de maio de 2015 e quando foi

elaborado o orçamento, ainda não havia essa previsão. A rubrica 07010401, a qual o deputado refere que está sob orçamentada, esclarece que o deputado tem razão, e que o executivo não quis retificá-la contabilisticamente para demonstrar total transparência e não utilizar qualquer tipo de estratégia contabilística que pudesse camuflar a realidade. Respondeu ainda ao deputado, discordando que a execução do PPI fosse baixa, antes pelo contrário, o PPI foi executado a 100%, o que revela que o executivo conseguiu realizar integralmente o PPI, sem onerar o “cofre” da junta de freguesia, o que demonstra a ótima gestão deste executivo. -----

-----O Presidente da junta agradeceu a intervenção do Deputado Daniel, dizendo que a análise feita pelo deputado foi objetiva e real com a qual o presidente se identifica e revê. -----

-----O deputado da CDU, Manuel Pinto, lembrou que o executivo atual, no início do mandato aprovou um aumento de 25% das taxas de concessão de sepulturas no Cemitério e que a venda do jazigo, agora efetuada, não teve qualquer aumento, tendo concluído que a Junta atual carrega nas taxas para a população em geral e alivia quem tem mais poder económico.---

-----O deputado da CDU, Alexandre Marques, pediu a palavra para esclarecer que a deliberação tomada na ata nº 5 de 2010 e que foi lida pelo Presidente da Junta, refere-se apenas a um estudo de localização de jazigos e que só a ata nº 8 de 2010 contém a deliberação da venda de um jazigo, onde consta o nome do comprador, a área e o valor pago. -----

-----O Presidente esclareceu que relativamente às taxas dos jazigos estas não foram aumentadas, porque já refletem neste momento o real valor de mercado dos mesmos, o que não se verificava com as sepulturas porque estavam muito abaixo do valor que é praticada em outras freguesias. -----

-----O Presidente da Mesa pôs à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovado, por maioria, com seis votos favoráveis dos eleitos pela Coligação Juntos Por Guimarães, e sete abstenções, dois eleitos do PS e cinco dos eleitos da CDU. -----

-----De seguida, foi posto à discussão o ponto número dois, referente à aprovação do Orçamento Retificativo para 2016 e das modificações ao PPI. O deputado da CDU, Alexandre Marques, referiu que houve a introdução no PPI de uma nova rubrica, aquisição de edifícios, no valor de quarenta mil euros, tendo solicitado um esclarecimento sobre a mesma. O Presidente da Junta explicou que a rubrica foi aberta para uma eventual aquisição de um imóvel para o Centro de Convívio, estando a estudar o local, mas garantiu que qualquer evolução iria envolver toda a Assembleia. Foi posto à votação o documento constante do segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com seis votos favoráveis dos eleitos pela Coligação Juntos Por Guimarães, e sete abstenções, dois eleitos do PS e cinco da CDU.-----

-----O Presidente da Mesa pôs à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, alteração do contrato interadministrativo, ano 2015, que foi aprovado, por unanimidade. A CDU, apresentou a seguinte declaração de voto: *“Os eleitos da CDU votaram favoravelmente a alteração do contrato interadministrativo de delegação de competências porque está em causa a arrecadação por parte da Junta da verba remanescente não gasta em 2015, no valor de 12.190,56 euros. No entanto, queremos deixar a nossa discordância quanto ao planeamento da execução das obras no ano passado, o que levou a que, pela primeira vez, a Junta de Freguesia não tivesse cumprido o estipulado no contrato assinado com a Câmara Municipal, situação que lamentamos”*.-----

-----De seguida, foram postos à votação os pontos quatro e cinco da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

-----O Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, não se verificando qualquer registo. -----

-----Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Isabel Machado, que a secretariei, e pelo Presidente da Assembleia, José Campos. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____